

## INQUIETAÇÕES NO CAMPO

**\* Roberto Rodrigues**

Durante o X Congresso da ABAG, dois temas provocaram perplexidade em boa parte produtores rurais presentes.

Um deles, explorado por dois respeitados pesquisadores (Eduardo Assad, da EMBRAPA e Hilton Silveira Pinto, da UNICAMP), tratou dos impactos que as mudanças climáticas em andamento poderiam provocar, sobre os futuros cenários da agricultura brasileira.

E o outro, fruto de cuidadosos estudos realizados pelo competente cientista Evaristo Miranda, também da EMBRAPA mostrou que, seguindo todas as leis, regras e decretos sobre o uso das terras no Brasil, apenas 7% da Amazônia e 33% do país seriam passíveis de ocupação econômica, para agropecuária, indústria e as cidades e construções em geral.

O primeiro trabalho foi feito com base na tecnologia de Zoneamento de Riscos Climáticos, que informa qual o nível de risco em mais de 5.000 municípios brasileiros para as 9 principais plantas cultivadas: algodão, arroz, café, cana, feijão, girassol, mandioca, milho, soja.

O aumento das temperaturas poderia provocar perdas nas safras de grãos de R\$ 7,4 bilhões já em 2020, alterando profundamente a geografia da produção agrícola no Brasil. Áreas que atualmente são as maiores produtoras de grãos poderiam não estar mais aptas ao plantio bem antes do final deste século.

A mandioca poderia desaparecer do semi-árido, e o café teria poucas condições de sobrevivência no Sudeste. Por outro lado, a Região Sul deveria ser propícia ao plantio de mandioca, de café e de cana-de-açúcar, mas não mais da soja, uma vez que a região deveria ficar mais sujeita a estresses hídricos. A cana poderia se espalhar pelo Brasil todo a ponto de dobrar a área plantada hoje.

É claro que tudo isso aconteceria se nada fosse feito para mitigar o aquecimento global. Por outro lado, a pesquisa agrícola criará variedades adaptáveis às novas condições.

O segundo trabalho mapeou e quantificou o alcance territorial da legislação ambiental e indígena, considerou o Código Florestal e as Áreas de Preservação Permanente associadas à hidrografia e ao relevo, bem como a Reserva Legal, não incluindo mangues, restingas, dunas, nascentes, locais de reprodução da fauna e outras categorias previstas pela CONAMA.

O conjunto de todas estas áreas levaria a uma restrição legal do uso das terras sobre mais de 93% do bioma Amazônia, colocando na ilegalidade grande parte das atividades econômicas regionais. Ou seja, dos 420 milhões de hectares do bioma Amazônia, só 29 milhões estariam legalmente disponíveis para ocupação intensiva. No Brasil, seriam pouco mais de 280 milhões de hectares, 33% do território, o que corresponde quase à área já ocupada pela agropecuária, sem considerar o que já está ocupado por cidades, atividades energético-mineradoras, industriais e infra-estruturas.

São temas realmente preocupantes e que devem receber a atenção dos órgãos de representação do agronegócio e dos setores governamentais afins.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**